



## GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

### Novos meios de mobilização social na Amazônia

**Autoria:** Manuela Souza Siqueira Cordeiro

A proposta deste artigo é verificar como são acionados atualmente outros canais de mobilização social na Amazônia. Propõe-se como caso de estudo a ser analisado a disseminação dos conflitos na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, localizada na parte sudeste do estado de Rondônia, no que tange à sobreposição de terras, seja com o antigo Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Burareiro, bem como atualmente as invasões de grileiros e proprietários do agronegócio. A disputa pela terra é datada da implantação do PAD Burareiro, em 1974, uma vez que 122 famílias devidamente assentadas pelo INCRA foram dispostas na mesma área já homologada enquanto parte da Terra Indígena, se acirra com as investidas do agronegócio da pecuária de corte, dominado pela elite política da região. Em maio de 2018, as lideranças indígenas da TI Uru-Eu-Wau-Wau propuseram ativamente uma denúncia, utilizando as redes sociais, demonstrando em quase tempo real o ateamento de fogo na comunidade indígena pelos grileiros. Busca-se entender se está em jogo a emergência de uma nova forma de mobilização social (Cf. Sigaud, Rosa e Macedo, 2008). Em termos de procedimentos metodológicos, serão utilizados depoimentos dos líderes indígenas da área, além da associação Kanindé, responsável pela elaboração do laudo etnoambiental da referida terra indígena, a partir de visitas a terra indígena e entrevistas com os responsáveis pela associação.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

